



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 20 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018.**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 10/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 10/2018; -----
2. Proc. N.º MA - 15/2018: “Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
3. Proc. N.º MA - 16/2018: “Incubadora de Valorização dos Recursos Endógenos” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
4. Aceitação de Doação; -----
5. Atribuição de Apoio Financeiro à União de Aldeia de João Pires; -----
6. Atribuição de Apoio Financeiro à ADEP - Associação Desportiva Penamacorense; -----
7. Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Desportiva e Cultural de Pedrógão de São Pedro; -----
8. Atribuição de Apoio Financeiro à Associação do Centro de Dia de São Domingos; -----
9. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 3 de outubro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão recordou ter recebido do Tribunal de Contas a Verificação Interna de Contas de 2013 do Município de Penamacor, salientando o facto do endividamento líquido e a longo prazo ter ficado aquém dos limites que a lei permite. Disse não ter sido necessário o plano do saneamento financeiro, que no seu entendimento trouxe alguns constrangimentos no mandato 2013-2017. -----

Perguntou ao Senhor Presidente qual o ponto de situação sobre a regularização extraordinária dos vínculos precários no município de Penamacor. -----

O Sr. Presidente António Soares no respeitante à regularização extraordinária dos vínculos precários, disse que será agendado brevemente, realizando uma reunião extraordinária. -----

Relativamente ao plano de saneamento financeiro, afirmou ter sido uma decisão voluntária do executivo, tendo conseguido restabelecer por completo em três anos o equilíbrio financeiro/orçamental das contas do município. Disse que as contas de 2013 refletiam um deficit claro não refletido nas contas, ainda referente à problemática com a empresa Águas do Zêzere e Côa e com um conjunto de empreitadas em curso não refletidas contabilisticamente.-----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

**1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 10/2018 E
ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 10/2018. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 23 de outubro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – PROC. N.º MA – 15/2018: “REABILITAÇÃO DO TEATRO CLUBE DE
PENAMACOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE
OBRAS PÚBLICAS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: Reabilitação do antigo Teatro de Penamacor, que atualmente se encontra devoluto e que necessita urgentemente de ser intervencionado, para que não se perca um excelente exemplar de sala de espetáculos baseado na tipologia do modelo de teatro italiano. -----

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor”. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

O valor estimado do contrato é de € 2 120 395,07 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a verba disponível para este ano é de € 238 500,00 (duzentos e trinta e oito mil e quinhentos euros), encargo esse que tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010302 – Instalações desportivas e recreativas, sendo a restante parte prevista para o ano de 2019 e 2020. -----

3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

☐ Melhor relação qualidade - preço; -----

☒ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

2º Vogal: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Suplente: Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Adjudicação por Lotes -----

Fundamenta-se a necessidade de adjudicar sem divisão por lotes, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º - A do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo facto de ser excessivamente difícil alocar responsabilidades individuais por incumprimento contratual e ainda por ser uma obra complexa exigindo uma grande interligação entre especialidades, motivo pelo qual se julga haver vantagem em existir apenas um co- contratante. -----

9. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos -----

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 238/2018, de 19/out./2018 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico, 2.º Suplente; -----

Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROC. N.º MA – 16/2018: “INCUBADORA DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: revitalizar e valorizar o edifício denominado Celeiro de Penamacor, instalando aí uma incubadora de empresas e potenciando assim o aparecimento de iniciativas empresariais. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Incubadora de Valorização dos Recursos Endógenos”.

1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

O valor estimado do contrato é de € 282 845,50 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010307 – Outros. A verba disponível este ano é de € 148 400,00 (cento e quarenta e oito mil e quatrocentos euros), sendo a restante prevista para o ano de 2019. -----

3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

☒ Melhor relação qualidade - preço; -----

☐ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

2º Vogal: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Suplente: Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico; -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos -----

A aprovação do projeto, minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 239/2018, de 22/out./2018 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Autorização para realização de despesa. -----
Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----
Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----
Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----
José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----
Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----
Lourenço dos Santos Aleixo, Assistente Técnico, 2.º Suplente; -----
Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----
Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão. -----
Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Veio o Sr. Armando Júlio Pinheiro Peres, na qualidade de proprietário, manifestar intenção de doar ao Município o prédio urbano, sito na Rua Pina Ferraz, em Aldeia do Bispo, na União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, descrito na Conservatória do Registo Predial de Penamacor sob o número 1676 da freguesia de Aldeia do Bispo, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2280. -----

Cabendo à Câmara Municipal aceitar doações, nos termos da competência que lhe está atribuída pela alínea j) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

de setembro, proponho que seja deliberado aceitar a doação proposta ao Município, do prédio inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2280, da freguesia de Aldeia do Bispo, a concretizar através de escritura pública de doação”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE ALDEIA DE JOÃO PIRES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A União de Aldeia de João Pires, Sociedade Recreativa e Musical, na qual se integra a Banda Filarmónica veio apresentar o seu plano de atividades para o ano de 2019 e solicitar apoio financeiro para colmatar as respetivas despesas. É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Proponho, pois, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que seja deliberado atribuir à União de Aldeia de João Pires, Sociedade Recreativa e Musical um apoio financeiro no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), para apoiar a execução do plano de atividades que se anexa à presente proposta. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

6 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ADEP – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PENAMACORENSE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Constitui atribuição dos municípios promover e salvaguardar os interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas. São, designadamente, assacadas aos municípios atribuições em matéria de tempos livres e desporto, conforme dispõe a alínea f) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Neste contexto proponho que, para apoio à realização das respetivas atividades e ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à ADEP – Associação Desportiva Penamacorense, um apoio financeiro no valor de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros). -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas, bem como atribuições em

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

matéria de tempos livres e desporto, conforme dispõe a alínea f) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Face ao pedido apresentado pela Associação Desportiva e Cultural de Pedrógão de S. Pedro proponho que, para apoio à realização das respetivas atividades e ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à referida Associação um apoio financeiro no valor de € 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos euros). -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE DIA DE SÃO DOMINGOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Associação do Centro de Dia de São Domingos, Instituição Particular de Solidariedade Social, para continuar a garantir a prestação de um apoio social de qualidade, necessita de adquirir uma viatura automóvel. Tendo em conta o importante papel desempenhado pela Instituição no apoio aos idosos, reveste-se do maior interesse a criação das melhores condições na prestação de apoio aos utentes do Centro de Dia e Apoio Domiciliário. -----

Ora, é atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades, designadamente em matéria de ação social, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à Associação do Centro de Dia de São Domingos um apoio financeiro no valor € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), para comparticipação nos encargos com a aquisição de uma viatura. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 8.731.272,20 euros e uma despesa também acumulada de 4.873.043,11 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor Luís Seguro que recordou a questão do processo de Decentralização do Estado, se o município aderiu e em que termos. De seguida, alertou para a falta dos regulamentos de trânsito e de Toponímia no município. Por último, lamentou o encerramento da agência em Penamacor do Millennium bcp. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do senhor Luís Seguro. Sobre o processo de Decentralização esclareceu que o processo não está definido, sendo prematuro a autarquia tomar qualquer posição. Acerca dos regulamentos, disse que irá diligenciar. No respeitante ao encerramento do Millennium bcp,



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

afirmou também lamentar o seu encerramento, não havendo nada que a autarquia pudesse fazer. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares